

FRE

Formulário de Referência

Companhia: BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.

Data Entrega: 05/06/2020

Data Referência: 01/01/2020

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

1.2 – Declaração do Diretor Presidente

1.3 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.4 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

2. Auditores Independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes - Auditores

3. Informações Financeiras selecionadas

3.1 - Informações Financeiras

3.2 - Medições Não Contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política destinação de resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 - Obrigações

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição dos controles internos

5.4 - Alterações significativas

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários de Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembléia e Administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7/8 - Composição dos comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes-Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias

15.8 - Outras informações relevantes

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras informações relevantes

17. Capital Social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras informações relevantes

19. Planos de Recompra/Tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

20. Política de Negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

1.1 - DECLARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diretor Presidente
Mauro Dutra Mediano Dias	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



Declaração do Diretor Presidente

Eu, **CARLOS EDUARDO PEREIRA GUIMARÃES**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 93762466, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 020.396.747-05, na qualidade de Diretor Presidente da Brazilian Finance e Real Estate S.A. ("Companhia"), de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 05 de junho de 2020.

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretor Presidente



Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **MAURO DUTRA MEDIANO DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 202726683, expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 122.531.947-19, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia"), declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 05 de junho de 2020.

Mauro Dutra Mediano Dias

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	61.562.112/0001-20	00287-9	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
-----------------------------	--------------------------

22/04/2015

Descrição Serviço Contratado:

A PWC prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

Exercício de 2019 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 35.000,00. Exercício de 2018 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 21.000,00. Exercício de 2017 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 21.000,00.

Justificativa da substituição:

Em função de remanejamento (rodízio) interno na PWC, fez se necessária a troca do auditor responsável técnico, informamos a substituição de Carlos Augusto da Silva, CPF 507.225.816-53, por Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, CPF 249.758.218-18, para os trabalhos de auditoria iniciados a partir de 15 de abril de 2019.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Não aplicavel

Carlos Augusto da Silva		507.225.816-53	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Avenida Francisco Matarazzo, 1400		
Complemento	Torre Torino	Bairro	Agua Branca
Município	São Paulo	UF	SP
País	Brasil	CEP	05001-903
DDD	11	Telefone	3674-2000
DDD	11	Telefone	3674-2060
Email	carlos_augusto.silva@br.pwc.com		

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev		249.758.218-18	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Av. Francisco Matarazzo, 1400		
Complemento	Torre Torino	Bairro	Agua branca

Município	São Paulo	UF	SP
País	Brasil	CEP	05001-903
DDD	11	Telefone	3674-2000
DDD	11	Telefone	3674-2060
Email	tatiana.fernandes@pwc.com		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
BDO RCS Auditores Independentes	54.276.936/0001-79	01032-4	Nacional
Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:		
30/04/2020			
Descrição Serviço Contratado:			
Serviços de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:			
R\$25.469,39			
Justificativa da substituição:			
Prazo legal de auditoria			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:			
Não aplicavel			
Jairo da Rocha Soares		880.740.218-15	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Rua Major Quedinho, 90		
Complemento	-	Bairro	Centro
Município	São Paulo	UF	SP
País	Brasil	CEP	01050-030
DDD	11	Telefone	3848-5880
DDD	11	Telefone	3045-7363
Email	jairo.soares@bdo.com.br		

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram descritas no item anterior.

3.1 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Real / Unidade	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	178.993.352,10	172.547.917,96	161.709.579,96
Ativo Total	190.109.443,46	184.835.736,74	169.317.943,72
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	14.271.392,59	12.750.638,17	14.396.426,33
Resultado Bruto	21.314.864,82	16.908.294,57	16.372.678,70
Resultado Líquido	14.091.620,38	11.183.474,33	10.805.967,92
Número de Ações, Ex- Tesouraria	717,00	717,00	717,00
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	748.926,16	721.957,82	676.609,12
Resultado Básico por Ação	58.960,75	46.792,78	45.213,25

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas. Em relação à retenção de lucros, informamos que a Companhia segue o quanto disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

a.i Valores das retenções de lucros

	2019	2018	2017
Retenções de Lucros	10.040.279,52	7.968.225,46	9.658.382,02
Reserva Legal	704.581,02	559.173,72	677.781,19

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	2019	2018	2017
Retenções de Lucros	71,30%	71,20%	89,40%
Reserva Legal	5,00%	5,00%	5,00%

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia seguiu os seguintes critérios de periodicidade para distribuição de dividendos: A distribuição é anual, contudo, conforme previsto no artigo 36 do estatuto social, a Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço

semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial nos três últimos exercícios sociais.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia observa as regras sobre destinação de resultados previstas na legislação vigente, notadamente o disposto na Lei nº 6.404/76, bem como o previsto no Capítulo “VI” de seu Estatuto Social, não possuindo política de destinação de resultados específica e formalmente aprovada.

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E RETENÇÃO DE LUCROS LÍQUIDO

Exercício Social: 01/01/2019 até 31/12/2019

Lucro líquido ajustado (Unidade)	13.387.039,36	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,00
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,872706	Dividendo distribuído total (Unidade)	3.346.759,84
Lucro líquido retido (Unidade)	10.040.279,52	Data aprovação da retenção	31/12/2019

Espécie Ação: Ordinária

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.673.379,92	Pagamento Dividendo	31/12/2020

Espécie Ação: Preferencial

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.673.379,92	Pagamento Dividendo	31/12/2020

Exercício Social: 01/01/2018 até 31/12/2018

Lucro líquido ajustado (Unidade)	10.624.300,61	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,00
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,4813731	Dividendo distribuído total (Unidade)	2.656.075,15
Lucro líquido retido (Unidade)	7.968.225,46	Data aprovação da retenção	26/04/2019

Espécie Ação: Preferencial

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.328.037,58	Pagamento Dividendo	31/12/2019

Espécie Ação: Ordinária

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.328.037,57	Pagamento Dividendo	31/12/2019

Exercício Social: 01/01/2017 até 31/12/2017

Lucro líquido ajustado (Unidade)	10.265.669,52	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	31,36
----------------------------------	---------------	--	-------

Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,6823301	Dividendo distribuído total (Unidade)	3.219.460,67
Lucro líquido retido (Unidade)	7.046.208,85	Data aprovação da retenção	27/04/2018
Espécie Ação: Ordinária			
Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.609.730,33	Pagamento Dividendo	31/12/2018
Espécie Ação: Preferencial			
Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	1.609.730,34	Pagamento Dividendo	31/12/2018

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não houve nos últimos 3 exercícios sociais, dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Exercício Social - 01/01/2019 até 31/12/2019

Montante total da dívida, de qualquer natureza	Índice de endividamento	Tipo de índice
11.116.091,36 (Real)	0.06210338	Índice de Endividamento

3.8 - OBRIGAÇÕES

Exercício Social 2019

Tipo	Inferior a um ano (Unidade)	Um a três anos (Unidade)	Três a cinco anos (Unidade)	Superior a cinco anos (Unidade)	Total (Unidade)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (Real)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia é diretamente controlada por um único acionista, tal relacionamento poderá ter um efeito adverso relevante sobre as atividades da Companhia

A Companhia é controlada diretamente pelo Banco Pan S.A. (“Banco PAN”, “PAN” ou “Controlador”). Neste sentido, a Companhia é sensivelmente influenciada pelos resultados e atividades do PAN. Além disso, existem transações relevantes entre a Companhia e seu Controlador e, conseqüentemente, caso haja qualquer impacto negativo sobre as condições financeiras e patrimoniais do PAN, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia também poderão ser impactadas. Ademais, qualquer mudança de controle poderá ter efeito adverso relevante sobre a administração da Companhia e, conseqüentemente, sobre os resultados de suas operações e sua situação financeira.

Estrutura compartilhada com seu Controlador

A Companhia se utiliza das instalações, do pessoal e da infra-estrutura do seu Controlador, o Banco PAN. Sendo assim, decisões do Banco PAN no sentido de alterar a configuração das suas instalações, dos seus canais de atendimento e cobrança e da sua infra-estrutura compartilhada poderão afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia está exposta a variados riscos operacionais, incluindo riscos de fraude por parte de seus empregados ou terceiros, falhas em documentar apropriadamente suas operações e falhas em seus equipamentos e sistemas. Eventuais erros ou problemas operacionais poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e resultados operacionais.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam os custos e causam prejuízos, como também podem promover conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados da Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação e a falta de integração e redundância nestes sistemas poderão afetar adversamente as operações da Companhia

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e comunicação. A infraestrutura de tecnologia da informação está concentrada na sede da Companhia em São Paulo, com um site de contingência que possui redundância de parte de seus sistemas. Os computadores e sistemas de comunicações podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias ou por incêndio, enchente, falta de energia, falha no atendimento prestado pelas operadoras de telecomunicações, vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, e por demais fatos ou ocorrências semelhantes.

Qualquer um desses eventos pode causar interrupção nos sistemas, atrasos e perda de dados essenciais, vindo a prejudicar as operações da Companhia. Os sistemas da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não ser suficiente para todas as eventualidades. Além disso, a Companhia pode ter cobertura de seguro inadequada ou limites de seguro inadequados para ressarcir-la dos prejuízos decorrentes de uma interrupção de maior efeito. Qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação da Companhia, ser dispendioso e demorado para ser corrigido, e afetar adversamente suas operações e situação financeira.

b. Seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O conflito ou a falta de consenso entre os controladores indiretos pode afetar negativamente os negócios da Companhia

O controle indireto da Companhia é compartilhado pela Caixapar Participações S.A. ("Caixapar") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), em virtude de Acordo de Acionistas celebrado entre ambos. A ocorrência de conflito ou discordância entre os controladores pode levar a situações de impasse, as quais podem afetar negativamente a Companhia.

c. aos acionistas da Companhia

A política de dividendos da Companhia poderá, por vezes, ser alterada, o que poderá ter um efeito adverso relevante em sua posição financeira e nos resultados das operações

A Companhia deverá pagar aos seus acionistas dividendos que representem no mínimo 25% de seu lucro líquido anual depois de efetuadas as deduções previstas. A política de dividendos, inclusive dividendos compulsórios mínimos, poderá ser alterada de tempos em tempos. Não se pode assegurar que os acionistas não decidirão mudar futuramente a política de dividendos da Companhia, e que qualquer aumento nos dividendos não terá um efeito adverso sobre os resultados das operações da Companhia e sua posição financeira.

d. às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não possui empresas controladas e coligadas.

e. aos fornecedores da Companhia

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores da Companhia

Eventuais descumprimentos de obrigações, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem afetar negativamente a Companhia.

f. aos clientes da Companhia

A companhia não possui clientes.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Mudanças no ambiente macroeconômico decorrentes da pandemia do Coronavírus ("COVID-19") podem afetar negativamente os resultados da Companhia

A recente pandemia do COVID-19 tem provocado impactos relevantes na economia global e local, afetando o consumo e a atividade econômica dos países de forma geral. Bancos Centrais de todo o

mundo têm adotado ações de estímulo monetário e expansão fiscal na tentativa de minimizar os impactos da crise, que já sinaliza um possível cenário de recessão na economia mundial em 2020.

No Brasil, o avanço da pandemia tem refletido na deterioração do ambiente macroeconômico, ocasionando a queda da demanda por produtos e serviços, desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto), aumento do desemprego, aumento da dívida pública, além da desvalorização do câmbio, queda da inflação e da taxa de juros, que atingiu a mínima histórica após dois cortes consecutivos pelo Copom (de 4,25% para 3,75% em março de 2020 e de 3,75% para 3,00% em maio de 2020).

Diante deste cenário, o Bacen, o CMN e o Governo Federal vêm tomando diversas medidas para melhorar as condições de liquidez do Sistema Financeiro Nacional e minimizar os impactos da volatilidade no mercado cambial e no consumo de capital dos bancos. No entanto, as incertezas com relação à duração e intensidade da crise, bem como à efetividade das medidas anunciadas impossibilita a mensuração e extensão dos impactos da pandemia sobre as condições macroeconômicas locais.

A Companhia não tem como controlar ou prever quais serão as medidas ou políticas adotadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais em resposta à crise atual e seus eventuais desdobramentos, nem como tais medidas e intervenções podem afetar a evolução de seus negócios. O cenário de crise pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

h. à regulação dos setores em que a Companhia atue

A Companhia não atua em setor regulado.

i. aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não atua fora do território brasileiro.

j. a questões socioambientais

O Banco PAN, controlador direto da Companhia, possui uma base de clientes, parceiros comerciais e fornecedores diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores do risco socioambiental. Eventuais manifestações dos fatores do risco socioambiental nas atividades econômicas dos acionistas, clientes, parceiros comerciais e fornecedores do Banco PAN podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social e ambiental, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com o Banco PAN, impactando adversamente os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado.

O Conglomerado Pan está exposto aos riscos de mercado intrínsecos à natureza das suas atividades, como por exemplo as oscilações de taxas de juros provenientes de sua atividade como intermediador financeiro, efetuando empréstimos e captando recursos.

Partindo do princípio de boas práticas de governança, o Conglomerado Pan dispõe de um processo constante de acompanhamento de suas exposições realizado pela área de Controle de Risco de Mercado que, para garantir a imparcialidade da análise, é independente das áreas de negócio.

A mensuração do risco de mercado é segregada em carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), conforme os critérios de classificação de operações descritos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de junho de 2007 do BACEN. A carteira *trading* engloba todas as operações financeiras detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* destas operações, sendo as operações mantidas com intenção de negociação aquelas destinadas à obtenção de lucro a partir de variações de preços. A carteira *banking* abrange as demais operações não classificadas na carteira *trading*, incluindo seus respectivos *hedges*.

Modelos de mensuração de risco

Para mensuração do risco de mercado das Carteiras *trading* e *banking* o Conglomerado Pan faz uso de algumas medidas que se complementam e buscam apresentar uma visão completa das exposições contratadas. Estas são:

- Valor em Risco (“VaR” – *Value at Risk*): corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- Perdas em cenários de estresse: são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do banking book, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- Análise de sensibilidade (DV01): variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- Análise dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- *Economic Value of Equity* (EVE): avaliações do impacto no valor econômico devido alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros classificados na carteira bancária da Companhia;
- *Net Interest Income* (NII): avaliações do impacto no resultado de intermediação financeira devido a alterações nas taxas de juros dos instrumentos financeiros classificados na carteira bancária da Companhia;

Análise de Sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da Companhia.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas (aumento)	(8)	(3.749)	(7.498)
Cupom de índice de preços	Taxas dos cupons de índice de preços	(18)	(5.062)	(10.125)
Cupom de outras taxas de	Taxas dos cupons de outras taxas de	(0)	(110)	(219)
Total em 31/12/2019		(26)	(8.921)	(17.842)
Total em 31/12/2018		(31)	(5.314)	(9.807)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de 31/12/2019, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme os dispostos na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação ao vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de estresse e, além disso, não consideram as correlações entre os indexadores. Em resumo, são cenários que não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, são considerados como de baixa probabilidade de ocorrência e não levam em conta as ações que possam vir a ser tomadas pela própria Companhia no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos em situações de estresse.

Não Aplicável.

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

Natureza cível

Ações Cíveis - Processos Indenizatórios relacionados ao produto Empréstimo Consignado	
Valores envolvidos	R\$ 42.376
Valor provisionado	R\$ 3.081
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Total de Ações: 2 - Ações que discutem relação de consumo. Nessas indenizatórias o cliente geralmente pleiteia, entre outros, fraude, não compreensão das regras do produto e onerosidade excessiva.

Natureza trabalhista

Ações trabalhistas, administrativas e judiciais, relacionados à equiparação à condição de bancário, horas extras, responsabilidade solidária ou subsidiária	
Valores envolvidos	R\$ 1.148.454
Valor provisionado	R\$ 116.433
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Contingências decorrentes de 1 ação administrativas e judiciais ajuizadas por ex-empregados, terceiros, sindicatos e autoridades administrativas em que se discutem supostas violações de direitos trabalhistas, sobretudo os relacionados à categoria profissional dos bancários, horas extras e responsabilidade subsidiária, nos casos que versam sobre terceirização de serviços.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 119.513,53.

Não há contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**
- b. as estruturas organizacionais envolvidas**
- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Itens facultativos, Companhia pertencente à Categoria B.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório emitido pelos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém deficiências significativas que possam ocasionar impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado acima, não foram detectadas deficiências significativas pelo auditor independente em relação aos controles internos da Companhia. As recomendações recebidas estão sendo endereçadas pela administração.

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

As regras, políticas, procedimentos e práticas adotados pelo Banco PAN (“Banco” ou “PAN”), Controlador da Companhia, são aplicáveis a todas as empresas do Conglomerado PAN (“Conglomerado”).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Os riscos, políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados, conforme abaixo destacados, são reavaliados sempre que necessário, principalmente quando ocorrem mudanças significativas na estrutura, processos, sistemas, modelo de negócios ou na regulamentação aplicável.

Os mecanismos e procedimentos de integridade são regulados pelos seguintes normativos:

Código de Conduta e Ética: Aprovado pela Diretoria do Banco PAN em 30.10.2017, o Código de Ética e Conduta explicita os princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem conduzir toda e qualquer decisão ou atividade exercida pela administração, colaboradores e prestadores de serviço do Conglomerado PAN, bem como define padrões de conduta em situações de conflito. Deve ser aplicado nas atividades profissionais diárias do Conglomerado, pois oferece direcionamento em relação às diversas questões vividas no trabalho. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) regras de condutas; (ii) conflitos de interesses; (iii) contribuições e patrocínios; (iv) prevenção à fraude; (v) prevenção à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao financiamento do terrorismo; (vi) preservação do patrimônio físico intelectual; (vii) uso da imagem e assessoria de imprensa; (viii) relações com acionistas e investidores; (ix) relação com os prestadores de serviços e fornecedores. Em caso de dúvida, deve ser acionado de imediato um dos canais de comunicação disponíveis do Conglomerado, um gestor, ou o responsável pela contratação, caso seja prestador de serviços.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo: Aprovada pelo Conselho de Administração do Banco PAN em 14.05.2014, com última atualização aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 29.10.2018 e última revisão realizada em 26.11.2019. Define princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à prevenção dos riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Corrupção, em linha com as melhores práticas de mercado, considerando-se a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos, sistemas, e em conformidade com os requerimentos legais e regulatórios. Nesse sentido, o gerenciamento voltado para mitigar tais riscos compreende: (i) coleta e registro de informações, exigidas na legislação, de clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores que permita a identificação dos referidos riscos; (ii) procedimentos de “Conheça Seu Cliente”, “Conheça Seu Parceiro”, “Conheça Seu Fornecedor” e “Conheça Seu Colaborador”; (iii) Monitoramento de Operações, bem como seleção e análise de situações atípicas ou suspeitas; (iv) comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), quando aplicável; (v) análise prévia de novos produtos, sob perspectiva de prevenção à LD, FT e Corrupção; e (vi) treinamento de funcionários e prestadores de serviços visando a identificação, mitigação e reporte de eventos de LD, FT e Corrupção.

Mecanismos e Procedimentos de Integridade

Elencamos abaixo os mecanismos e procedimentos de integridade do Conglomerado PAN:

- Treinamento anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro obrigatório a todos os funcionários quando admitidos, bem como a prestadores de serviços;
 - Cláusula anticorrupção nos contratos com fornecedores e parceiros;
 - Processo de análise prévia na contratação e manutenção de fornecedores (*Know Your Supplier – KYS*) e parceiros (*Know Your Partner – KYP*) visando identificar apontamentos reputacionais desabonadores e envolvimento em atos de corrupção e lavagem de dinheiro (*due diligence*);
 - Revisão anual de políticas, normas, regras e manuais de procedimentos e, a qualquer tempo, caso seja identificada necessidade de atualização;
 - Treinamento de Anticorrupção e Prevenção à Lavagem de Dinheiro obrigatório a todos os funcionários;
 - Processo de análise no início de relacionamento com clientes visando identificar envolvimento em atos de corrupção, lavagem de dinheiro e apontamentos nas listas de sanções aplicáveis;
 - Canal de denúncias disponível para funcionários, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores para reporte de situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas às atividades da instituição, sem a necessidade de identificação do denunciante;
 - *Due diligence* no contexto de operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, e inclusão de declarações e garantias apropriadas nos contratos de compra e venda de ações em relação a eventuais violações de leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira;
 - Processo de “Conheça seu Cliente” (*Know Your Customer – KYC*), que consiste na realização de pesquisas, análises e, quando necessário, elaboração de dossiês de prospects/clientes dos segmentos Conta Corrente, Captação (Digital e Convencional), Consignado, Veículos, Cartões e Consórcio;
 - Processo de “Conheça seu Colaborador” (*Know your Employee – KYE*);
 - Processo de monitoramento de transações financeiras de clientes com o objetivo de identificar operações com contrapartes de alto risco, além de atipicidades ou inconsistências nas operações financeiras, considerando a compatibilidade das transações habituais, capacidade financeira, atividade econômica, perfil socioeconômico e dados cadastrais do cliente e comunicação ao órgão de controle conforme aplicável;
 - Análise prévia de novos produtos sob a perspectiva da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo; e
 - Investigações internas para apuração de denúncias de irregularidades.
- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

As estruturas organizacionais do Banco PAN envolvidas nos mecanismos e procedimentos internos de integridade do Conglomerado são:

- Conselho de Administração: órgão estatutário, reporta-se aos Acionistas do Banco PAN, e é responsável por definir a orientação geral para o gerenciamento de riscos relacionados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo, fazendo parte de suas atribuições a aprovação dessa política corporativa.
- Comitê de Ética: órgão não estatutário, constituído pelo Conselho de Administração do Banco PAN em reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, subordinado à Diretoria do Banco PAN, o qual rege-se por um Regimento Interno e possui como suas atribuições (a) avaliar e deliberar acerca da necessidade de aplicação de medida disciplinar aos colaboradores envolvidos em denúncias, representações ou indícios de atos envolvendo fraude, violação de conduta, assédio, ou qualquer tipo de infração ou violação às recomendações do Código de Conduta e Ética e demais documentos internos correlatos do PAN; (b) dar ciência ao gestor responsável pelo colaborador em caso de aplicação de medida disciplinar; (c) reportar à Diretoria as infrações e violações que tenham significativo risco jurídico ou de imagem ao PAN; (d) zelar pela observância do Código de Conduta e Ética do PAN; e (e) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.
- Diretoria: órgão estatutário, com reporte ao Conselho de Administração do Banco PAN. A Diretoria é responsável por seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado e efetivo funcionamento da estrutura de gerenciamento de riscos relacionados a Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo, alinhado com a estratégia do Banco PAN e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.
- Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: órgão não estatutário, deliberativo e de caráter permanente, constituído por aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 4 de agosto de 2014 e subordinado à Diretoria do Banco PAN, rege-se por um Regimento Interno, sendo que é responsável por: (i) validar, sempre que necessário, alterações na Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a ser aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) avaliar e aprovar as diretrizes, políticas, regras e alçadas relacionadas à área de prevenção à lavagem de dinheiro; (iii) analisar e deliberar sobre estratégias e quaisquer outros temas relacionados à área de prevenção à lavagem de dinheiro; (iv) analisar e deliberar sobre o encerramento de conta e relacionamento com parceiros, correspondentes ou clientes, que possua indícios de lavagem de dinheiro e/ou financiamento do terrorismo; (v) acompanhar os indicadores de comunicações ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), monitoramento de transações e encerramento de contas; e (vi) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.
- Área de Controle dos riscos de Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo: como segunda linha de defesa, é responsável por garantir que os riscos associados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo sejam corretamente identificados, avaliados e mensurados e que estejam de acordo com os limites definidos. Tem como atribuições principais implantar processos, regras, critérios, alçadas e sistemas, bem como disseminar a cultura desejada para que o gerenciamento desses riscos esteja em conformidade com as leis e regulamentações, refletindo as melhores práticas de mercado, devendo ser compatíveis com a natureza e

complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Banco PAN e suas subsidiárias. Reportam-se à Diretoria de Controladoria e *Compliance*.

- Gestores das áreas de negócio: como primeira linha de defesa, são responsáveis pela gestão dos riscos associados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo inerentes aos produtos, clientes e operações sob sua responsabilidade, de acordo com as diretrizes, princípios e responsabilidades definidos na Política Corporativa. Devem, ainda, assegurar que as exposições a estes riscos estejam dentro dos limites definidos e em alinhamento com as estratégias de negócio do Conglomerado. Os Gestores das áreas de negócio reportam-se às suas respectivas Diretorias.
- Área de Pessoas: é a área responsável pela elaboração do Código de Conduta e Ética do PAN, bem como zelar para sua disseminação e cumprimento com intuito de fortalecer as relações de transparência e confiança entre colaboradores, terceiros, clientes e sociedade em geral. Também é responsável pela gestão do Comitê de Ética do PAN. A área de Pessoas reporta-se à Diretoria do Banco PAN.
- Auditoria Interna: é responsável por receber e encaminhar às áreas competentes as denúncias, reclamações e requisições recebidas pelo Canal de Denúncias. A Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração, sendo que suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, que também reporta-se ao Conselho de Administração do Banco PAN. Ainda em relação ao Canal de Denúncias, a Auditoria Interna é responsável por emitir relatório semestral, elaborado em observância à Resolução CMN 4.567/17, que é submetido para validação do Comitê de Auditoria e aprovação do Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o Conglomerado PAN possui Código de Conduta e Ética. Nele estão descritos os princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem ser seguidos por todos os colaboradores, administradores e terceiros que tenham relação com o Conglomerado.

Todos os colaboradores passam por um treinamento obrigatório na admissão ou quando ocorrem mudanças no código. Há, ainda, treinamento online obrigatórios para todos os funcionários, quando admitidos, sobre o conceito e principais legislações anticorrupção, penalidades aplicáveis, sinais de alerta e exemplos. O descumprimento das regras de conduta e ética sujeita o infrator a aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação vigente.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado formalmente pela Diretoria em 30.10.2017, e está publicado no site institucional do Banco PAN no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Banco PAN, controlador da Companhia, possui canal de denúncias próprio que garante, aos colaboradores, fornecedores, clientes e terceiros, o registro de práticas suspeitas ou não éticas, de forma identificada ou anônima, preservando o sigilo de sua identidade e das informações prestadas, na forma da lei.

A Auditoria Interna é responsável pela triagem e encaminhamento das demandas recebidas pelo Canal de Denúncias. É previsto na norma o encaminhamento de denúncias envolvendo os

administradores da Instituição ao Comitê de Auditoria e também o encaminhamento de relatório sobre o canal ao Conselho de Administração.

Ressaltamos que não houve, em 2019, denúncias envolvendo os administradores da Companhia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Quando da ocorrência das operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias envolvendo terceiros, a Companhia busca realizar auditoria (due dilligence), além de exigir nos contratos as declarações e garantias costumeiramente praticadas pelo mercado, em relação a eventuais irregularidades às leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Com isso busca detectar e precaver-se de condutas que não estejam alinhadas com a legislação vigente, principalmente às regras constantes na Lei 12.846/2013, bem como a legislação e normas aplicáveis às instituições financeiras no âmbito da prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotados.

Não houve alterações significativas nos principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

6.1/6.2/6.4 - CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR, PRAZO DE DURAÇÃO E DATA DE REGISTRO NA CVM

Data de constituição do emissor:	25/08/1998	País de constituição:	Brasil
Forma de constituição do emissor:	Sociedade Anônima		
Prazo de duração:	Prazo de Duração Indeterminado	Data de registro CVM:	10/11/1998

6.3 – Breve Histórico

A Brazilian Finance & Real Estate (“BFRE” ou “Companhia”) foi constituída por meio de Assembleia Geral de Constituição realizada em 25 de agosto de 1998, com a razão social Opportunity Discovery Participações S.A. Em 02 de abril de 2007, a Ourinvest Real Estate Holding S.A. assumiu o controle da Companhia, e nesta mesma data foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da Companhia, que passou a denominar-se Brazilian Finance & Real Estate S.A..

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco PAN S.A. (“PAN” ou “Banco”) firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição de 100% do capital social da BFRE.

Em 19 de julho de 2012, foi então concluída a compra indireta pelo PAN de 100% da Companhia e, conseqüentemente, dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (“BMSC”), Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (“BM”) e Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”).

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da BFRE, reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A então acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., mais tarde denominada Pan Holding S.A. (“Pan Holding”), recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687; (b) participação societária na BMSR II Participações S.A. (“BMSR II”) no valor de R\$ 282.352; e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013 (“Redução de Capital”).

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista Pan Holding, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Pan Holding, com versão de parcelas cindidas ao PAN, Brazilian Securities, BMSR II e BMSC. Com isso, a BFRE, que não recebeu versão de parcela cindida da Pan Holding, passou a ser controlada diretamente pelo PAN, que atualmente detém 100,0% de seu capital social.

Atualmente, a BFRE é uma holding não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos é feita de forma centralizada pela tesouraria do PAN.

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”), realizada em 11 de março de 2019, pela conversão do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, da categoria “A” para a categoria “B”, aprovado pela CVM em 19/3/2019.

Adicionalmente, a AGE deliberou pela retirada de negociação das ações preferenciais classe A e classe B da Companhia, anteriormente admitidas à negociação nos mercados organizados administrados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6.5 - INFORMAÇÕES DE PEDIDO DE FALÊNCIA FUNDADO EM VALOR RELEVANTE OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas neste item 6.

Atualmente a Companhia detém apenas investimentos financeiros, não possui controladas, e não desempenha atividade operacional.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 Negócios extraordinários

Todas as alienações e aquisições de ativos que a Companhia julga relevante, correspondentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, foram devidamente descritas no item 10.3 deste Formulário de Referência.

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Durante o exercício social de 2019 não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item, além das informadas nos outros tópicos.

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento as atividades do emissor, indicando em especial:

- a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:**

Não existem outros bens relevantes, relativos ao ativo não circulante, que não tenham sido divulgados neste item.

9.2 - Outras informações relevantes

a) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Nos termos da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), conforme alterada, o direito sobre a marca decorre da concessão do registro validamente expedido, que pode ser extinto (i) pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou (iv) pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro.

Deve-se ressaltar que os pedidos de registro de marca em análise perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não garantem a seu titular o direito de uso exclusivo no Brasil e podem, inclusive, ao final do procedimento de exame ser indeferidos pela autoridade competente. Da mesma forma, não garantem que terceiros não possam se opor à utilização da marca, sob alegação de violar seus supostos direitos anteriores.

b) possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A Companhia acredita que suas atividades poderão sofrer impacto se houver a perda de direito quanto às marcas nas quais a Companhia possui o devido registro, conforme mencionado na alínea “a” deste item do formulário de referência, impossibilitando-a de utilizar tais marcas.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste formulário de referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

As demonstrações contábeis auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A partir de 01 de janeiro de 2018 passou a vigorar a IFRS 9, a norma contábil substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros. A nova norma inclui novas regras de classificação, mensuração e nova metodologia de reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) e foi aplicada de forma retrospectiva.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A BFRE é uma *holding* não financeira que tem como objeto social (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, (ii) a participação em empreendimentos imobiliários e (iii) a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista PAN Holding S.A. ("PAN Holding"), no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferenciais, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da PAN Holding, com versão de parcelas cindidas ao Banco PAN S.A. ("Banco PAN"), Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS"), BMSR II Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. ("BMSC"). Com isso, a Companhia, que não recebeu versão de parcela cindida da PAN Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco PAN, que atualmente detém 100,0% de seu capital social.

Em 2018 passou a vigorar o CPC 48 que alterou as regras de classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros. O efeito da alteração também foi adotado para o exercício de 2017, por critério de comparabilidade.

As informações constantes neste desse documento, relativas aos saldos patrimoniais e variações de resultado daquele exercício, refletem a adoção mencionada.

A gestão do caixa e dos investimentos da Companhia é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN.

b. estrutura de capital

Considerando o Conglomerado PAN no qual está inserida, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

Em R\$ milhões	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV
Patrimônio Líquido	178.993	94,2%	172.547	93,4%	161.710	95,5%
Capital de Terceiros	11.117	5,8%	12.290	6,6%	7.608	4,5%
Passivo Total	190.110	100,0%	184.837	100,0%	169.318	100,0%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no Item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O Banco PAN, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de *stress* de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco PAN conta com o suporte de seus acionistas controladores, Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("Caixa"), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo. Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

i.v. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Segue análise das principais contas patrimoniais em 31/12/2019 em relação às contas apresentadas em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018:

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	AH
Caixa e equivalente de caixa	10	9	11,1%
Ativos Financeiros Ao valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	62.384	62.305	0,1%
Instrumentos de dívida	62.384	62.305	0,1%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	98.910	90.600	9,2%
Instrumentos de dívida	98.910	90.600	9,2%
Impostos	27.454	30.314	-9,4%
Outros ativos	1.352	1.609	-16,0%
Total do Ativo	190.110	184.837	2,9%

Caixa e equivalentes de caixa

Se referem a depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2019, esses depósitos totalizaram R\$ 10 mil, o que representou um aumento de 11,1% se comparado com o exercício de 2018.

Ativos financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2019, esses instrumentos totalizaram R\$ 62.384 mil, o que representou um aumento de 0,1% se comparado com o exercício de 2018.

Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Se referem a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2019, esses ativos totalizaram R\$ 98.910 mil, o que representou um aumento de 9,2% se comparado com o exercício de 2018.

Impostos

Se referem a créditos tributários, no montante de R\$ 9.694 mil, e, impostos correntes, de R\$ 17.760 mil. Esse montante representou uma queda de 9,4% se comparado com o exercício de 2018.

Outros ativos

Se referem a valores a receber, no montante de R\$ 1.352 mil, o que representou uma queda de 16,0% se comparado com o exercício de 2018.

Passivo	31/12/2019	31/12/2018	AH
Provisões	119	1.658	-92,8%
Passivos fiscais	6.240	6.504	-4,1%
Outros passivos	4.758	4.128	15,3%
Patrimônio líquido	178.993	172.547	3,7%
Total do Passivo	190.110	184.837	2,9%

Provisões

Se referem a contingências trabalhistas e foram constituídas em 2019 no montante de R\$ 119 mil, o que representou uma redução de 92,8% se comparado ao exercício de 2018.

Passivos fiscais

Se referem a impostos a pagar, no montante de R\$ 6.240 mil, o que representou uma redução de 4,1% se comparado com o exercício de 2018.

Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2019, totalizou R\$ 178.993 mil, o que representou um aumento de 3,7% em relação ao exercício de 2018 em função dos resultados alcançados.

Em 31 de dezembro de 2018 em comparação com 31 de dezembro de 2017:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	AH
Caixa e equivalente de caixa	9	14	-35,7%
Ativos Financeiros Ao valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	62.305	58.659	-6,2%
Instrumentos de dívida	62.305	58.659	-6,2%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	90.600	82.273	10,1%
Instrumentos de dívida	90.600	82.273	10,1%
Impostos	30.314	25.876	17,2%
Outros ativos	1.609	2.496	-35,5%
Total do Ativo	184.837	169.318	9,2%

Caixa e equivalentes de caixa

Se referem a depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2018, esses depósitos totalizaram R\$ 9 mil, o que representou uma queda de 35,7% se comparado com o exercício de 2017.

Ativos financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2018, esses instrumentos totalizaram R\$ 62.305 mil, o que representou um aumento de 6,2% se comparado com o exercício de 2017.

Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Se referem a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2018, esses ativos totalizaram R\$ 90.600 mil, o que representou um aumento de 10,1% se comparado com o exercício de 2017.

Impostos

Se referem a créditos tributários, no montante de R\$ 11.357 mil, e, impostos correntes, de R\$ 18.957 mil. Esse montante representou um aumento de 17,2% se comparado com o exercício de 2017.

Outros ativos

Se referem a valores a receber, no montante de R\$ 1.609 mil, o que representou uma queda de 35,5% se comparado com o exercício de 2017.

Passivo	31/12/2018	31/12/2017	AH
Provisões	1.658	1.014	63,5%
Passivos fiscais	6.504	1.900	242,3%
Outros passivos	4.128	4.694	-12,1%
Patrimônio líquido	172.547	161.710	6,7%
Total do Passivo	184.837	169.318	9,2%

Provisões

Se referem a contingências trabalhistas e foram constituídas em 2018 no montante de R\$ 1.658 mil, o que representou um aumento de 63,5% se comparado ao exercício de 2017.

Passivos fiscais

Se referem a impostos a pagar, no montante de R\$ 6.504 mil, o que representou um aumento de 242,3% se comparado com o exercício de 2017.

Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2018, totalizou R\$ 172.547 mil, o que representou um aumento de 6,7% em relação ao exercício de 2017 em função dos resultados alcançados.

Em 31 de dezembro de 2017 em comparação com 31 de dezembro de 2016:

Conforme mencionado anteriormente, em 2018 adotamos a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a norma contábil substitui a IAS 39 e inclui novas regras de classificação, menuração e nova metodologia de reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), que passou de perdas incorridas para perdas esperadas. Essa adoção teve seus efeitos aplicados a partir de 01/01/2018, de forma retrospectiva e com isso, o quadro abaixo não são comparáveis com os períodos informados acima.

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	AH
Caixa e equivalente de caixa	14	6	133,3%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	58.659	49.245	19,1%
Instrumentos de dívida	58.659	49.245	19,1%
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	82.273	80.487	2,2%
Instrumentos de dívida	82.273	80.487	2,2%
Impostos	24.588	33.696	-27,0%
Outros ativos	2.496	1.003	148,9%
Total do Ativo	168.030	164.437	2,2%

Caixa e equivalentes de caixa

Se referem a depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos totalizaram R\$ 14 mil, o que representou um aumento de 133,3% se comparado com o exercício de 2016.

Ativos financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2017, esses instrumentos totalizaram R\$ 58.659 mil, o que representou um aumento de 19,1% se comparado com o exercício de 2016.

Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Se referem a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2017, esses ativos totalizaram R\$ 82.273 mil, o que representou um aumento de 2,2% se comparado com o exercício de 2016.

Impostos

Se referem a créditos tributários, no montante de R\$ 11.796 mil, e, impostos correntes, de R\$ 12.792 mil. Esse montante representou uma queda de 27,0% se comparado com o exercício de 2016.

Outros ativos

Se referem a valores a receber, no montante de R\$ 2.496 mil, o que representou um aumento de 148,9% se comparado com o exercício de 2016.

Passivo	31/12/2017	31/12/2016	AH
Provisões	1.014	1.587	-36,1%
Passivos Fiscais	1.900	6.769	-71,9%
Outros Passivos	4.694	4.158	12,9%
Patrimônio Líquido	160.422	151.923	5,6%
Total do Passivo	168.030	164.437	2,2%

Provisões

Se referem a contingências trabalhistas e foram constituídas em 2017 no montante de R\$ 1.014 mil, o que representou uma queda de 36,1% se comparado ao exercício de 2016.

Passivos fiscais

Se referem a impostos a pagar, no montante de R\$ 1.900 mil, o que representou uma redução de 71,9% se comparado com o exercício de 2016.

Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2017, totalizou R\$ 160.422 mil, o que representou um aumento de 5,6% em relação ao exercício de 2016 em função dos resultados alcançados.

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Não há informação pertinente a este item i que não tenha sido divulgada no item (ii) abaixo.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.

Análise das Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(R\$ mil, exceto percentuais)	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Receita / Despesa Financeiras	15.609	11.967	30,4%
Receita financeira	15.609	11.967	30,4%
Despesas Gerais e Administrativas	5.706	4.941	15,5%
Outras despesas administrativas	(1.317)	(1.627)	-19,1%
Despesas de impostos	(1.377)	(1.694)	-18,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	8.400	8.262	1,7%
Lucro Bruto	21.315	16.908	26,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.223)	(5.725)	26,2%
Lucro Líquido	14.092	11.183	26,0%

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2019 foi uma receita de R\$ 15,6 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2019 foram de R\$ 1,3 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria, publicação de demonstrações financeiras e cobrança.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício de 2019 foram de R\$ 1,4 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, atualização monetária sobre ativos fiscais e recuperação de créditos no montante de R\$ 8,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 7,2 milhões.

(R\$ mil, exceto percentuais)	31/12/2018	31/12/2017	Variação
Receita / Despesa Financeiras	11.967	11.651	2,7%
Receita financeira	11.967	11.651	2,7%
Despesas Gerais e Administrativas	4.941	4.722	4,6%
Outras despesas administrativas	(1.627)	(1.353)	20,3%
Despesas de impostos	(1.694)	(1.335)	26,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	8.262	7.410	11,5%
Lucro Bruto	16.908	16.373	3,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.725)	(5.567)	2,8%
Lucro Líquido	11.183	10.806	3,5%

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2018 foi uma receita de R\$ 11,9 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2018 foram de R\$ 1,6 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria, publicação de demonstrações financeiras e cobrança.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício de 2018 foram de R\$ 1,7 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, atualização monetária sobre ativos fiscais e recuperação de créditos no montante de R\$ 8,3 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,7 milhões.

(R\$ mil, exceto percentuais)	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Receita / Despesa Financeiras	11.651	17.801	-34,5%
Receita financeira	11.651	17.801	-34,5%
Despesas Gerais e Administrativas	4.722	(554)	-952,3%
Outras despesas administrativas	(1.353)	(608)	122,5%
Despesas de impostos	(1.335)	(1.060)	25,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	7.410	1.114	565,2%
Lucro Bruto	16.373	17.247	-5,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.567)	(5.769)	-3,5%
Lucro Líquido	10.806	11.478	-5,9%

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2017 foi uma receita de R\$ 11,6 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2017 foram de R\$ 1,3 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria, publicação de demonstrações financeiras e cobrança.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício de 2017 foram de R\$ 1,3 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, atualização monetária sobre ativos fiscais e recuperação de créditos no montante de R\$ 7,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,6 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Não aplicável.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não apresentou qualquer evento ou operação não usual nos três últimos exercícios sociais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças de práticas contábeis significativas no período.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

Em relação às informações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2019 foi emitido um relatório de revisão com os principais assuntos de auditoria, vide abaixo:

Mensuração do valor justo de instrumentos de dívida

Porque é um PAA

A Companhia possui certificados de recebíveis imobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A mensuração do valor justo desse instrumento de dívida é uma área que envolve subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação que utilizam premissas de mercado e internas em seu processo de mensuração.

Os certificados de recebíveis imobiliários são atrelados a créditos com garantias imobiliárias, além de considerar o risco de crédito da contraparte que se trata de uma empresa do mesmo grupo econômico. Esses riscos possuem em sua mensuração o risco de crédito, o que torna o gerenciamento de risco complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade.

Com base no exposto acima, continuamos considerando essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos a metodologia de valorização dos certificados de recebíveis imobiliários, bem como as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo.

Reexecutamos, em base amostral, a valorização dos certificados, comparando as premissas e metodologias utilizadas pela Administração e analisamos a consistência dessas metodologias.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses certificados de recebíveis imobiliários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes e no contexto das demonstrações contábeis.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Não aplicável.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

A Companhia não divulga qualquer projeção sobre resultados futuros.

A Companhia não divulgou projeções sobre seus resultados nos 3 últimos exercícios sociais e, portanto, não há informações a serem divulgadas nesse item.

12.1. Descrição da estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A Companhia dispõe atualmente de Conselho de Administração composto por 3 (três) membros; Diretoria composta por 3 (três) membros; e Conselho Fiscal, não permanente, atualmente não instalado.

Atribuições do Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (iii) atribuir a cada Diretor suas respectivas funções, observado o disposto no Estatuto Social; (iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (vi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (vii) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (viii) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (ix) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução; (x) aprovar a realização de qualquer investimento de valor superior a R\$5.000.000,00, exceto investimentos no curso normal dos negócios; (xi) aprovar a realização de venda, aluguel, cessão ou transferência de ativos de valor total superior a R\$5.000.000,00, exceto quando realizados no curso normal dos negócios; (xii) aprovar a constituição de quaisquer ônus ou garantias sobre ativos de valor que supere, individual ou conjuntamente, R\$5.000.000,00, com exceção de operações realizadas no curso normal dos negócios, e aprovar a outorga de fianças ou avais, exceto se tais garantias forem concedidas em benefício de operações de subsidiárias da Companhia; (xiii) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior; (xiv) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades; (xv) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, bem como a respeito do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B; (xvi) outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou Units a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral; (xvii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (xviii) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral; (xix) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (xx) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; (xxi) elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao mercado, se exigida; (xxii) solicitar informações sobre os contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos relacionados à Companhia; (xxiii) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas

regimentais para seu funcionamento; **(xxiv)** autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral, na forma prevista neste Estatuto Social e na legislação aplicável, e *ad referendum* da Assembleia Geral que aprovar as contas daquele exercício social; **(xxv)** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; **(xxvi)** aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão envolvendo subsidiárias da Companhia, bem como a aquisição de outras sociedades, ou o cancelamento de registro de companhia aberta; **(xxvii)** aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às sociedades controladas ou coligadas da Companhia; **(xxviii)** aprovar qualquer movimento que possa resultar na redução da participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias, exceto subsidiárias de propósito específico; **(xxix)** aprovar a criação ou a emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações; **(xxx)** Aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia que, na data de sua contratação e imediatamente após essa contratação, resultem em um índice de Dívida Total Consolidada sobre Patrimônio Líquido Consolidado que seja superior a 5:1; **(xxxi)** Aprovar celebração de acordos, transação, renúncia de direitos, cessão ou conciliação em processos contenciosos relevantes envolvendo a Companhia; **(xxxii)** Aprovar celebração de qualquer contrato ou acordo que restrinja a liberdade da Companhia de ingressar em qualquer linha de negócios, ou de competir em qualquer linha de negócios com qualquer pessoa (salvo nos casos de contratos de administração de recursos que contenham exclusividade durante o período de investimento); e **(xxxiii)** Aprovar a contratação ou a alteração de condições das operações ou negócios com partes relacionadas aos Diretores, aos acionistas e à Companhia, com exceção de (a) operações já contratadas com partes relacionadas; (b) prestação de serviços e operações entre a Companhia e suas subsidiárias e entre as suas subsidiárias, observadas as exigências previstas na Lei e Regulamentos e (c) investimentos realizados por partes relacionadas em valores mobiliários ofertados no curso normal dos negócios da Companhia, observando condições de mercado.

As regras inerentes às reuniões do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo que não há regimento interno próprio.

A Companhia não possui Comitê de Auditoria próprio, todavia o órgão instalado no Banco PAN S.A., instituição líder do Conglomerado na qual a Brazilian Finance está inserida, faz a análise das informações da Companhia.

Com relação a avaliação da auditoria independente, o Conselho de Administração se reúne trimestralmente com os representantes dos auditores independentes, durante a avaliação das demonstrações financeiras do Conglomerado PAN. Para a contratação da auditoria independente a Companhia observa os procedimentos e requisitos da regulamentação vigente da CVM, mas não possui política específica de contratação dos auditores externos.

- b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Competências da Diretoria: **(i)** cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; **(ii)** submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores

independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(iii)** propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; e **(iv)** decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da assembleia geral ou do Conselho de Administração.

A Diretoria não possui regimento interno e suas reuniões observam as regras descritas no Estatuto Social da Companhia.

Competências Individuais:

Caberá ao Diretor Presidente: **(i)** executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; **(ii)** coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; **(iii)** superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento; **(iv)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **(v)** representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas Assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; **(vi)** propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; **(vii)** indicar o substituto dos demais Diretores nos casos de ausência ou impedimento temporário; **(viii)** indicar o substituto provisório dos demais Diretores nos casos de vacância; e **(ix)** outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Caberá ao Diretor Vice-Presidente: **(i)** auxiliar o Diretor Presidente no exercício das suas funções; **(ii)** coordenar e dirigir as atividades atribuídas à diretoria administrativa financeira da Companhia e à área de planejamento; **(iii)** coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de controladoria e finanças de acordo com as metas estabelecidas; **(iv)** otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia; **(v)** supervisionar o orçamento da Companhia de acordo com os planos e programas estabelecidos; **(vi)** administrar recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; **(vii)** coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; **(viii)** analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia seja parte; **(ix)** promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; **(x)** coordenar a elaboração das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; **(xi)** apresentar e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e **(xii)** exercer outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores: **(i)** representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; **(ii)** monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e **(iii)** exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

- c. **data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o**

emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, bem como não possui regimento próprio.

- d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo**
 - i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Atualmente, a Companhia não possui processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros.

12.5/6 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nome	Alex Sander Moreira Gonçalves	CPF	668.687.186-91
Data de Nascimento	02/04/1972	Profissão	Administrador
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Vice Presidente Cons. de Administração
Data de Eleição	26/04/2019	Data de posse	26/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2022	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há.		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi, ingressou na BV Financeira C.F.I em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 2013, cargo no qual permanece até o presente momento. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.		

Nome	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	CPF	020.396.747-05
Data de Nascimento	18/04/1972	Profissão	Economista
Órgão Administração	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
Data de Eleição	06/09/2019	Data de posse	06/09/2019
Prazo do mandato	Mandato se estenderá até a posse de seu substituto, nos termos do Art. 150, § 4º, Lei 6.404/76	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há.		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 a 2011. Em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo, cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e em 2002 tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito Diretor do Banco Pan em Agosto de 2011 e em maio de 2016 foi eleito Diretor de Relações com Investidores desta instituição. Em 6 de setembro de 2019 foi nomeado Diretor Presidente do Banco PAN, cumulando também a função de Diretor de Relacionamento com Investidores. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.		

Nome	Dermeval Bicalho Carvalho	CPF	487.473.439-15
Data de Nascimento	18/11/1962	Profissão	Engenheiro Agrônomo
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
Data de Eleição	04/11/2019	Data de posse	04/11/2019
Prazo do mandato	Até 1º RCA após a AGO de 2021	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Formado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual de Londrina, com pós-graduação nas áreas de desenvolvimento Gerencial, Consultoria de Empresas, Economia Empresarial e Programação. Ingressou na Caixa Econômica Federal em 2001, e exerceu funções e cargos relevantes como Gerente Nacional de Risco Operacional e Superintendente Nacional da SN de Risco Corporativo (5 anos). Desde agosto de 2017 exerce posição estratégica de Diretor Interino da Diretoria de Riscos. Há mais de dez anos é representante CAIXA em comissões externas relacionadas à Gestão de Riscos, atualmente é membro titular da subcomissão de Riscos de Crédito e Capital e da Comissão de Gestão de Riscos da FEBRABAN. Possui experiência em diversos trabalhos acerca de Risco Operacional, é certificado pela ISO 31000 (Gestão de Riscos), bem como em certificações de investimentos (CPA20) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBCG (2018). Atua há mais de 15 anos como Gestor. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo operante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;		

Nome	Diogo Ciuffo da Silva	CPF	087.004.747-70
Data de Nascimento	25/02/1980	Profissão	Economista
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Vice Presidente Cons. de Administração
Data de Eleição	19/02/2020	Data de posse	19/02/2020
Prazo do mandato	Até a AGO de 2022	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Atualmente, é Diretor do Banco PAN, tendo passado também pelo cargo de Superintendente Executivo do Banco Digital e Novos Negócios do mesmo banco. É Bacharel em Economia pela PUC-Rio e possui MBA pela FGV. Ao longo da sua carreira, trabalhou no Banco BBM e Brasil Plural, onde passou pelas áreas de Crédito Corporate e Tesouraria. Ingressou no Banco PAN em 2011 como head da área de Empresas e em 2016 passou a ser responsável pela Tesouraria e Captação do Banco. Desde Janeiro de 2019 lidera a iniciativa do Banco Digital. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.		

Nome	Mauro Dutra Mediano Dias	CPF	122.531.947-19
Data de Nascimento	23/03/1987	Profissão	Engenheiro
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor de Relações com Investidores
Data de Eleição	03/03/2020	Data de posse	03/03/2020
Prazo do mandato	Até 1º RCA após AGO de 2021	Foi eleito pelo controlador	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Dutra iniciou sua carreira profissional na Vale S.A.. Ingressou no BTG Pactual em 2011, onde liderou a área de crédito e participou da criação e crescimento de diversos negócios, como Corporate Lending (Brasil e América Latina), Special Situations, Seguros, Derivativos e, mais recentemente, Digital Retail Unit. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.		

Justificativa para a não prestação da informação:

A atuação do Comitê de Auditoria e o Comitê de Remuneração instituídos pelo Banco PAN S.A, conforme os regulamentos e normas vigentes, contempla a atuação na análise das informações para a Companhia, que é integrante do conglomerado financeiro do Banco PAN S.A. (instituição líder).

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Gerais

Abaixo, as informações sobre o quórum de instalação das Assembleias Gerais realizadas pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais. Informamos que todas as Assembleias foram instaladas em primeira convocação:

Ato	Deliberação	Data	Quórum Capital Social Total
AGO	(i) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária.	28/04/2017	100%
AGE	Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual máxima dos membros da Administração da Companhia.	28/04/2017	100%
AGE	Deliberar pela eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.	01/02/2018	100%
AGE	Deliberar pela eleição do Sr. Carlos Eduardo da Silva Monteiro, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.	19/03/2018	100%
AGO	(i) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária ("AGO").	27/04/2018	100%
AGE	Deliberar sobre: (i) conversão do registro da BFRE de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, da categoria "A" para a categoria "B"; e (ii) retirada de negociação das ações preferenciais A e B da Companhia.	11/03/2019	100%
AGO	Deliberar sobre: (i) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iii) pagamento de dividendos; (iv) eleição dos Membros	26/04/2019	100%

	do Conselho de Administração da Companhia; e (v) autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária.		
AGE	Deliberar sobre: (i) Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.	06/09/2019	100%
AGE	Deliberar sobre: (i) Eleição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.	19/02/2020	100%
AGO	Deliberar sobre: (i) Contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) Destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) Pagamento de dividendos; e (iv) Autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária.	30/04/2020	100%

13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2020 até 31/12/2020		0,00	
Pertence apenas à Diretoria			
Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2020 até 31/12/2020		0,00	
Pertence apenas ao Conselho de Administração			
Nº de membros	2,58	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		

Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2019 até 31/12/2019	0,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração
--

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2018 até 31/12/2018	0,00

Outro

Nº de membros	4,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00

Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2017 até 31/12/2017		0,00	

Pertence apenas à Diretoria			
Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2017 até 31/12/2017		0,00	

Pertence apenas ao Conselho de Administração			
Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00

Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		

13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.15 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Valores pagos pelos Controladores diretos e indiretos ou Sociedades sob Controle Comum			
Órgão	2017	2018	2019
Conselho de Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

Não há.

15.1 / 15.2 - POSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Banco Pan S.A.	59.285.411/0001-13	100,000000	478,00	100,000000
Tipo pessoa	Juridica			
Nacionalidade	Brasileira		UF	SP
Participa de acordo de acionistas	Sim		Acionista controlador	Sim
Data de composição do capital social			Data da última alteração	30/09/2015
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	239,00			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	100,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	717,00			

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Outros		0,000000	0	0,000000
Tipo pessoa	Nenhum			
Nacionalidade			UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não		Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social			Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	0			

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
-----------	------------------------------	--------------------	-----------------------	------------------

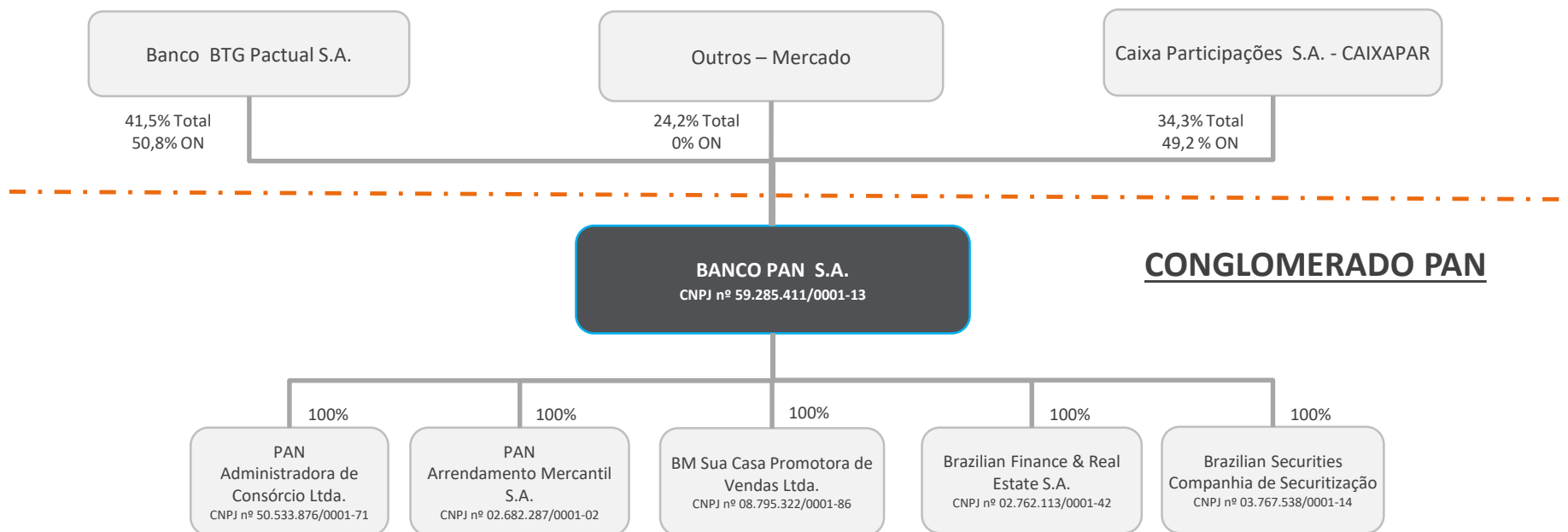
AcoesTesouraria	0,000000	0	0,000000
Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	26/07/2011
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Total		100,000000	478,00	100,000000
Tipo pessoa	Nenhum			
Nacionalidade		UF	None	
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não	
Data de composição do capital social		Data da última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	239,00			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	100,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	717,00			

15.3 - DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL

Data da última assembleia	30/04/2020	Quantidade de acionistas pessoa física (Unidade)	0
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (Unidade)	1	Quantidade de investidores institucionais (Unidade)	0
Ações em Circulação			
Quantidade ordinárias (Unidade)	0	% ordinárias	0
Quantidade preferenciais (Unidade)	0	% preferenciais	0
Total (Unidade)	0	% total	0

Organograma – Conglomerado PAN



15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não há operações societárias ocorridas nos 3 últimos exercícios sociais nas quais o emissor estivesse envolvido. As operações societárias ocorridas no grupo econômico do emissor não possuem efeito relevante para a Companhia.

15.8 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

16.1 - DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 – Regras, políticas e práticas relativas a partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas à Companhia são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642, de 07/10/2010 e pela Resolução nº 4.636, de 22/02/2018 do CMN.

16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Depósitos à vista
Montante envolvido	8181.16	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Certificado de depósito bancário – CDB
Montante envolvido	98909992.16	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 14/12/2022
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		

Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Valores a receber, referente títulos de contratos cedidos
Montante envolvido	494360.94	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Dividendos a pagar
Montante envolvido	3346759.84	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 31/12/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Valores a pagar, referente saldo remanescente da redução de capital da Companhia
Montante envolvido	1342788.98	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	Indeterminado

Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Pan Arrendamento Mercantil S/A.		
Relação com o emissor	Coligada		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Valores a receber, referente títulos de contratos cedidos
Montante envolvido	11600.00	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Valores a pagar referentes ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia
Montante envolvido	1342788.98	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Pan Arrendamento Mercantil S/A.		
-------------------	---------------------------------	--	--

Relação com o emissor	Coligada		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Valores a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	35735.32	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Valores a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	993255.04	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Dividendos a pagar
Montante envolvido	3219460.67	Saldo existente	-
Montante	N/A		

Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Certificado de depósito bancário
Montante envolvido	82272859.91	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	5140.90	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador Direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Valor referente ao saldo remanescente da redução de Capital da Companhia conforme AGE DE 18/09/2013.
Montante envolvido	1342788.98	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Pan Arrendamento Mercantil S/A.		
Relação com o emissor	Coligada		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Valor a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	17175.14	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Constrolador Direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Dividendos a pagar

Montante envolvido	2656075.16	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador Direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Valores a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	729580.59	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Certificado de depósito bancário
Montante envolvido	90600317.65	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			

Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000
Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador Direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	6358.14	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

**16.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DE CONFLITOS DE INTERESSES E
DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU DO
PAGAMENTO COMPENSATÓRIO ADEQUADO**

16.3 Medidas para Tratar de Conflito de Interesses

a. medidas tomadas pela Companhia para tratar de conflitos de interesses

A Companhia tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de buscar adotar as melhores práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação aplicável em vigor. Como regra geral, todas as decisões a respeito das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no estatuto social, sendo que tais as operações que envolvam partes relacionadas são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados análogos aos atingidos em condições de mercado.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão competente para deliberar sobre a matéria, é observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo membro abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houver, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades da Companhia e a observância às condições de mercado.

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item, além das informadas nos outros tópicos.

17.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Tipo de Capital	Capital Emitido		
Data da autorização ou aprovação	30/12/2014	Valor do capital	107.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	239,00
Qtde. ações preferencias	478,00	Qtde. total de ações	717,00

Tipo de Capital	Capital Subscrito		
Data da autorização ou aprovação	30/12/2014	Valor do capital	107.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	239,00
Qtde. ações preferencias	478,00	Qtde. total de ações	717,00

Tipo de Capital	Capital Subscrito		
Data da autorização ou aprovação	30/12/2014	Valor do capital	107.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	239,00
Qtde. ações preferencias	478,00	Qtde. total de ações	717,00

Tipo de Capital	Capital Integralizado		
Data da autorização ou aprovação	30/12/2014	Valor do capital	107.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	239,00
Qtde. ações preferencias	478,00	Qtde. total de ações	717,00

Tipo de Capital	Capital Integralizado		
Data da autorização ou aprovação	30/12/2014	Valor do capital	107.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	239,00
Qtde. ações preferencias	478,00	Qtde. total de ações	717,00

Tipo de Capital	Capital Emitido		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69

Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

Tipo de Capital	Capital Emitido		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

Tipo de Capital	Capital Subscrito		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

Tipo de Capital	Capital Subscrito		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

Tipo de Capital	Capital Integralizado		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

Tipo de Capital	Capital Integralizado		
Data da autorização ou aprovação	18/09/2013	Valor do capital	7.661.784,69
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	17,00
Qtde. ações preferencias	34,00	Qtde. total de ações	51,00

17.5. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item, além das informadas nos outros tópicos.

18.5 - OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Justificativa para a não prestação da informação:

Não existem outros valores mobiliários emitidos pela Companhia.

As ações emitidas pela Companhia não são admitidas à negociação.

18.7 – Negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição nos 3 últimos exercícios sociais.

Não há informações relevantes adicionais a serem informadas neste item.

19.2 - MOVIMENTAÇÃO V.M. EM TESOURARIA

Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas neste item.

20.1 - DESCRIÇÃO - POL. NEGOCIAÇÃO

Informações política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

Não há informações adicionais a serem informadas neste item.

Não há informações adicionais a serem divulgadas neste item.